

A Teoria dos Atos de Fala como concepção pragmática de linguagem¹

Speech Act Theory as a pragmatic view on language

Danilo Marcondes de Souza Filho²
danilo@fil.puc-rio.br

RESUMO: O papel da pragmática na filosofia da linguagem tem sido discutido desde a formulação da distinção tradicional entre sintaxe, semântica e pragmática. Defendemos aqui a relevância filosófica de uma concepção pragmática de linguagem, examinando algumas das principais propostas nesta direção, sobretudo a noção de jogo de linguagem de Wittgenstein e a Teoria dos Atos de Fala de Austin e Searle. Discutimos, em seguida, algumas críticas aos desenvolvimentos recentes de concepções pragmáticas de método de análise da linguagem, procurando mostrar como esses métodos podem ser reformulados de modo a responder a essas críticas, propondo, assim, a Teoria dos Atos de Fala como o melhor caminho para a formulação de uma filosofia pragmática da linguagem.

Palavras-chave: pragmática, Wittgenstein, Teoria dos Atos de Fala.

ABSTRACT: The role of pragmatics in the philosophy of language has been a central subject of discussion since the initial distinction between syntax, semantics and pragmatics. I shall emphasize here the philosophical relevance of a pragmatic conception of language, examining some of the main contributions to pragmatics such as found in Wittgenstein's language games and in Austin and Searle's Speech Act Theory. I shall also discuss some criticism of recent developments of these pragmatic conceptions of the analysis of language, showing, however, that there are ways of overcoming the difficulties which have been pointed out. Finally I propose Speech Act Theory as the best candidate for a pragmatic philosophy of language.

Key words: pragmatics, Wittgenstein, Speech Act Theory.

¹ Retomo aqui questões discutidas em Marcondes (2003, 2005a, 2005b). Versão inicial deste texto foi apresentada no III Congresso Nacional de Filosofia da Linguagem na UNISINOS, em São Leopoldo, RS. Agradeço pelas questões dos participantes do congresso, em especial aos professores André Leclerc e Adriano Brito.

² Professor titular, Departamento de Filosofia, PUC-Rio.

The term “performative” [...] indicates that the issuing of the utterance is the performing of an action – it is not normally thought of as just saying something. J. L. Austin, How to do things with words (Lecture I)

Introdução: Sintaxe, semântica, pragmática

Como se pode caracterizar a pragmática? A divisão tradicional do estudo da linguagem em *sintaxe*, *semântica* e *pragmática* tem sua origem, contemporaneamente, no texto *Foundations of a Theory of Signs* do filósofo Charles William Morris (1901-1979), da Universidade de Chicago, publicado na *International Encyclopedia of Unified Science* (1938), da qual Morris foi um dos organizadores, juntamente com os membros do Círculo de Viena Otto Neurath e Rudolf Carnap. Morris esteve em Viena no início dos anos 30, quando se interessou pelas teorias da ciência e da linguagem desses autores, as quais aproximou das do filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce (1839-1914). Carnap, por sua vez, foi para os Estados Unidos após a ascensão do nazismo, vindo a lecionar na Universidade de Chicago entre 1936 e 1952, onde trabalhou com Morris e, posteriormente, retomou e desenvolveu a distinção entre sintaxe, semântica e pragmática como áreas de estudo da linguagem.

Morris foi fortemente influenciado, ainda quando estudante na Universidade de Chicago, por George Herbert Mead (1863-1931), um dos pioneiros nos Estados Unidos do estudo da linguagem em uma perspectiva sociológica³. Foi também influenciado por Peirce, que pode ser considerado um dos precursores da pragmática uma vez que, em sua discussão sobre a natureza e a função dos signos, destaca a importância do uso, enfatizando o papel do interpretante na relação entre o signo e aquilo que este designa.

De acordo com a definição tradicional encontrada em Morris e em Carnap, a sintaxe examina as relações entre os signos, a semântica estuda a relação dos signos com os objetos a que se referem e a pragmática diz respeito à relação dos signos com seus usuários e a como estes os interpretam e os empregam. Essa distinção e a definição de cada uma dessas áreas tiveram uma grande influência nos estudos sobre a linguagem no pensamento contemporâneo, não só na filosofia, mas também na lingüística e na teoria da comunicação.

A sintaxe e a semântica tiveram um maior desenvolvimento teórico, como veremos em seguida, por uma maior facilidade de sistematização e por terem um grau maior de abstração. A sintaxe diz respeito às relações entre os signos como unidades básicas no processo de formação de complexos como proposições, abstração feita do significado desses signos. Trata-se, assim, de uma ciência formal, uma vez que estabelece as regras de formação das proposições a partir das possibilidades de combinação entre os signos.

A semântica é o estudo do significado dos signos lingüísticos, de seu modo de relação com os objetos a que se referem e do valor de verdade das sentenças em que se articulam e que se referem a fatos na realidade; diz respeito, portanto, ao conteúdo significativo dos signos.

Pode-se dizer que, no caso das sentenças de uma determinada língua, a sintaxe é um pressuposto da semântica, uma vez que se os signos não estiverem corretamente articulados, a sentença ela própria não terá significado nem valor de ver-

³ Mead, que trabalhou com sociologia e psicologia social, enfatiza principalmente a influência da cultura e da vida social na estruturação da subjetividade. Ver a este respeito seu clássico: *The Problem of Society: How We Become Selves*, in Blount (1974).

dade, não poderá descrever adequadamente fatos ocorridos, não sendo, portanto, nem verdadeira nem falsa, mas sem sentido. No famoso exemplo de Chomsky⁴, “Idéias verdes sem cor dormem furiosamente”, temos um caso de falha semântica, de sentença sem significado, embora os signos individualmente tenham significado e a combinação esteja sintaticamente correta. Contudo, a combinação não produz uma sentença dotada de significado porque os termos não estão corretamente combinados do ponto de vista de seus significados.

A pragmática, por sua vez, diz respeito à linguagem em uso, em diferentes contextos, tal como é utilizada por seus usuários para a comunicação. É, portanto, o domínio da variação e da heterogeneidade, devido à diversidade do uso e à multiplicidade de contextos. É por este motivo que Carnap, por exemplo, considera a pragmática um domínio da linguagem de difícil análise, uma vez que qualquer tentativa deste tipo envolveria uma abstração dessa diversidade e dessa multiplicidade de uso, em busca de elementos comuns que permitissem um tratamento mais teórico e sistemático. Na verdade, a pragmática consiste na nossa experiência concreta da linguagem, nos fenômenos lingüísticos com que efetivamente lidamos; contudo, o estudo da linguagem parece pressupor a passagem deste nível concreto da experiência da linguagem para a semântica e a sintaxe, que envolvem níveis gradativamente maiores de generalização. Assim, a semântica faz abstração de variações de uso específicas e considera o significado dos termos independentemente dos usos. A sintaxe faz abstração do significado e considera apenas as classes ou categorias de signos para examinar as regras formais segundo as quais se relacionam.

O problema da análise pragmática da linguagem

De acordo com Carnap, a linguagem tal como é utilizada concretamente, enquanto comunicação, não poderia ser objeto de uma análise teórica⁵. Embora seja usada sempre em contextos particulares e para fins específicos, a linguagem só poderia ser analisada em um sentido filosófico ou científico através de sucessivos níveis de abstração, da pragmática para a semântica e da semântica para a sintaxe, ou seja, do nível do uso concreto pelos falantes da língua para o nível da relação dos signos com o que significam e deste, por sua vez, para o da relação dos signos entre si. De acordo com Carnap, o uso da linguagem em situações concretas é por demais diversificado, complexo e sujeito a variações, o que o impediria de ser objeto de uma análise científica ou filosófica. Nada de cientificamente relevante poderia ser concluído com base na análise de casos particulares. Desde a discussão sobre o conhecimento na *Metafísica* e nos *Segundos Analíticos* de Aristóteles, a ciência tem sido definida como conhecimento de universais, donde a busca da abstração e da generalidade. É nisso que consiste o que denominamos aqui de *problema de Carnap*: ou seja, é possível analisar a linguagem de um ponto de vista pragmático? Podemos dizer que, para Carnap, a resposta seria negativa. Em seu clássico *The Logical Syntax of Language* (1937), Carnap restringe sua análise a linguagens em que não há dependência contextual, ou melhor, na terminologia que utiliza, “intertextual”. Isso significa que elementos não-lingüísticos, ou seja, fatores como tempo, lugar e atitudes dos falantes, não precisam ser considerados nesse tipo de análise.

Como vimos anteriormente, de acordo com essa concepção uma análise da linguagem em um sentido mais sistemático e teórico se dá apenas na passagem para os planos da semântica e da sintaxe. Examinaremos em seguida, contudo,

⁴ Em *Syntactic Structures* (1957); no original: *Colorless green ideas sleep furiously*.

⁵ Posteriormente, Carnap admite a possibilidade de uma “pragmática pura”, mas não chega a formular nenhuma proposta nesta direção. A propósito da discussão sobre a pragmática em Carnap e de sua relação com a semântica e a sintaxe, ver Levinson (1983, 1.2) *Defining pragmatics*. Ver também Szabo (2004).

algumas tentativas dentro da filosofia da linguagem contemporânea de dar uma resposta positiva ao problema de Carnap, levando em conta os desenvolvimentos mais recentes dessas propostas. Pretendo defender, portanto, não só uma concepção pragmática de linguagem, mas também propor que se pode realizar uma análise filosófica da linguagem em um sentido pragmático. Isto é, as duas concepções devem ser complementares. É porque a linguagem é um fenômeno pragmático que sua análise filosófica deve ser realizada através de um método pragmático. Porém, no que precisamente consiste este método de análise pragmática é o que devemos ainda explicitar.

É possível distinguir duas linhas principais de desenvolvimento da pragmática na filosofia da linguagem. A primeira, que podemos denominar de *contextualista*, considera o *contexto* como noção central na análise pragmática, examinando as características das situações de uso que incidem diretamente na determinação do significado das expressões lingüísticas. Trata-se, assim, basicamente de uma semântica acrescida da consideração do contexto quando isso é necessário para a determinação do significado de expressões lingüísticas de certo tipo.

A segunda assume como característica central da pragmática a concepção da linguagem como ação ou realização de atos. De acordo com essa concepção, “dizer é fazer”; portanto, a determinação do significado só pode ser feita a partir da consideração do ato que está sendo realizado quando essas expressões são proferidas e das regras que tornam possível a realização desses atos.

Esta concepção pode ser, por sua vez, dividida em duas tendências. A primeira, representada pelo assim chamado “segundo Wittgenstein”, ou seja, o Wittgenstein das *Investigações filosóficas* (1999)⁶, adota uma *concepção* assistemática de tratamento da linguagem e da questão do significado. Não é possível sistematizar essa análise porque isso levaria à perda do que é mais característico da linguagem: sua diversidade, sua multiplicidade. De certa forma, Wittgenstein concorda com Carnap neste sentido: não é possível tratar o que é totalmente heterogêneo de modo teórico e sistemático; porém, não vê isso como um problema, mas exatamente como o que deve ser levado em conta quando se analisa a linguagem de um ponto de vista filosófico. Ou seja, se não é possível sistematizar a análise da linguagem, isso não vem a ser necessariamente uma dificuldade ou limitação, já que também não seria preciso para fins da elucidação filosófica.

Contudo, foi Austin que introduziu o que podemos denominar “concepção performativa de linguagem”. Sua proposta de sistematização consiste em manter que a linguagem em uso pode ser tratada de modo sistemático desde que sejam adotadas as categorias adequadas para isso; ou seja, desde que a linguagem seja tratada como uma forma de ação e não apenas de representação do real ou de descrição de fatos no mundo. Veremos, assim, como para Austin a sistematização não só é possível, como é necessária para o tratamento dos elementos implícitos e indiretos na realização dos atos de fala, ou seja, para a reconstrução da força com que o ato está sendo realizado.

O contextualismo

Chamo aqui de “contextualismo” a concepção de pragmática como extensão da semântica, isto é, como dizendo respeito especificamente ao que Yehoshua Bar-Hillel (1982) chamou de *déixis* ou de *expressões indiciais*. Essas expressões dependem do contexto para ter significado, sem o que não podem ter a sua referência determi-

⁶ Isto corresponde ao pensamento de Wittgenstein a partir da década de 1930. As *Investigações* começaram a ser redigidas nos anos 1940, permanecendo inacabadas e sendo publicadas postumamente em 1952.

nada. Por exemplo: “Ele não veio aqui ontem”. A compreensão dessa sentença é impossível sem a determinação da referência das palavras “ele”, “aqui”, “ontem”, o que só pode ser feito levando-se em conta o contexto específico em que a sentença foi utilizada. Pronomes pessoais, demonstrativos, advérbios de tempo e de lugar seriam tipicamente dêiticos ou expressões indiciais. Nessa acepção, a pragmática consideraria a contribuição dessas expressões lingüísticas e a necessidade de interpretá-las de acordo com o contexto para estabelecer o significado das sentenças em que são empregadas. Posteriormente, o papel do contexto na constituição do significado será ampliado, estendendo-se a outras expressões da linguagem.

Segundo essa concepção, a pragmática diz respeito à determinação do significado de sentenças quando isso depende basicamente do contexto, ou seja, como dissemos acima, de elementos extralingüísticos. Daí se origina a visão segundo a qual *contexto* é a categoria dominante em uma análise pragmática.

A concepção performativa

Proponho aqui o termo “performativo” para denominar em geral as concepções de pragmática que consideram o significado como determinado pelo uso e acrescentam à consideração do contexto a idéia de que a linguagem é basicamente uma forma de realização de atos e não apenas de descrição do real, sendo que a descrição do real pode ser ela própria um ato de um determinado tipo, por exemplo, o ato de dar uma informação. Vamos nos concentrar nesta concepção como alternativa ao contextualismo por considerarmos que ela apresenta efetivamente o desenvolvimento de uma filosofia pragmática da linguagem, não só por consistir numa concepção de linguagem em um sentido mais amplo, enquanto a visão contextualista é restrita a determinados tipos de expressões lingüísticas apenas, como por considerar que a linguagem deve ser entendida como um modo pelo qual agimos, atribuindo, assim, ao conceito de ação um papel central.

Wittgenstein e os jogos de linguagem

Tomamos as *Investigações filosóficas* (1999)[1952] de Ludwig Wittgenstein (1889-1951) como a primeira concepção na filosofia analítica da linguagem particularmente representativa de uma visão pragmática no sentido mais básico que estamos propondo.

Isso se deve à sua famosa tese de que o significado de uma palavra é o seu uso em um determinado contexto (*Investigações filosóficas*, § 43, 432), assim como à noção de *jogo de linguagem* (*Investigações filosóficas*, § 7), através da qual define a natureza e a função da linguagem. Segundo Wittgenstein, o significado não deve ser entendido como algo de fixo e determinado, como uma propriedade inerente à palavra, mas sim como a função que as expressões lingüísticas exercem em um contexto específico e com objetivos específicos. O significado pode, por conseguinte, variar dependendo do contexto em que a palavra é utilizada e do propósito deste uso. As palavras não são utilizadas primordialmente para descrever a realidade, como a semântica tradicional parecia supor, mas para realizar algum objetivo, como fazer um pedido, dar uma ordem, fazer uma saudação, agradecer, contar anedotas, etc. (*Investigações filosóficas*, §23). São inúmeros esses usos, e não há por que privilegiar um sobre o outro já que tudo depende dos objetivos específicos de quem usa a linguagem. A mesma palavra pode, assim, participar de diferentes contextos com diferentes significados. São esses diferentes contextos de uso, com seus objetivos específicos, que Wittgenstein caracteriza como *jogos de linguagem*. Essa noção visa dar conta de que as expressões lingüísticas são sempre utilizadas em um contex-

to de interação entre falante e ouvinte, que as empregam com um objetivo determinado. A linguagem é sempre comunicação, e a determinação do significado de uma palavra ou expressão depende da interpretação do objetivo de seu uso nesses contextos, não sendo, portanto, determinada de modo definitivo. Não podemos, assim, nunca generalizar, definindo como que uma entidade abstrata que seria o significado da palavra. Essa impossibilidade de generalização e a ênfase na consideração do contexto são alguns dos traços fundamentais que levam a considerar a concepção wittgensteiniana como pragmática.

A análise do termo “jogo” nas *Investigações filosóficas* (§ 66-70) é ilustrativa dessa concepção de linguagem e de seu método. O que haveria em comum entre o uso desse termo para designar coisas tão diferentes como o jogo de xadrez e o jogo de futebol, o pôquer e o tênis? Empregamos esse termo em relação a jogos competitivos e recreativos, a jogos solitários, como a paciência, ou em equipe, como o basquete. E talvez não devamos buscar algo comum entre todos esses usos, como uma essência ou característica básica definidora que todos devem compartilhar, mas é possível que haja apenas alguns traços característicos que nos permitem aproximar esses usos, sendo que alguns estão mais próximos, outros mais distantes. Wittgenstein usa, para explicar isso, a imagem da *semelhança de família* (*Investigações filosóficas*, § 67), segundo a qual os membros de uma mesma família se parecem, sem que haja necessariamente algo comum a todos. Podemos perceber essa semelhança em um retrato de grupo, mas talvez não quando olhamos para cada indivíduo separadamente. O caráter genérico do significado seria como uma semelhança de família. A metáfora do tecido também é utilizada nesse sentido na mesma passagem das *Investigações*. A variedade de usos forma como que um tecido em que os diferentes fios se entrelaçam para formar o todo, mas não há um único fio que percorre o tecido.

Com isso Wittgenstein pretende superar uma das dificuldades apontadas anteriormente. Se considerarmos cada jogo de linguagem isoladamente ou tratarmos cada jogo como absolutamente autônomo, caímos na armadilha de tomar cada caso como completamente diferente dos demais, e a impossibilidade de generalização nos levaria a uma atomização da linguagem em que não teríamos como estabelecer relações entre os jogos. Por outro lado, devemos também, segundo a concepção wittgensteiniana, evitar a suposição da existência de entidades abstratas de natureza genérica como o “significado”, o “jogo”, a “natureza da linguagem”. Mais do que uma analogia, a noção de semelhança de família nos dá um modo de lidar com a necessidade de generalizar, sem nos levar a supor a existência de entidades de natureza genérica.

Wittgenstein considera, assim, que a análise filosófica deve trazer as palavras do plano metafísico para o uso comum (*Investigações filosóficas*, § 161).

Quando os filósofos usam uma palavra – “saber”, “ser”, “objeto”, “eu”, “proposição”, “nome” – e procuram apreender a *essência* da coisa, deve-se perguntar: essa palavra é usada de fato desse modo na língua em que ela existe? (*Investigações filosóficas*, § 116).

Os problemas filosóficos devem ser elucidados levando-se em conta os usos das palavras e expressões em seus respectivos contextos. Dessa forma a maioria dos problemas tradicionais não seriam resolvidos, mas dissolvidos. Quando se examina o uso concreto das expressões, percebe-se que, em grande parte dos casos, os equívocos resultam de confusões, falsas analogias, semelhanças superficiais, incapacidade de perceber distinções. É porque uso as expressões “Tenho uma nota de 10 reais no meu bolso” e “Tenho uma idéia em minha mente” que sou levado a crer que a mente é um espaço interior que tem como conteúdo idéias, tal como o bolso pode conter uma nota. Uma análise do emprego do verbo “ter” nesses casos revela, contudo, que se trata de usos inteiramente distintos do mesmo verbo. Um exame

dos diferentes contextos, dos jogos de linguagem, e do uso das palavras que se faz neles revela essas distinções e permite o esclarecimento dos problemas.

Os jogos são jogados de acordo com regras que podem ser mais ou menos explícitas, mais ou menos formais. Do mesmo modo, os jogos de linguagem possuem regras que definem o que é ou não válido, segundo as quais os objetivos podem ser alcançados. São regras de uso, regras pragmáticas (*Investigações filosóficas*, § 54, 82-88, 567), constitutivas dos jogos, tornando possíveis os atos que aqueles que jogam realizam. Analisar o significado das palavras consiste em situá-las nos jogos em que são empregadas, consiste em perguntarmos o que os participantes nos jogos fazem com essas palavras, isto é, consiste em mapearmos as regras segundo as quais jogam, segundo as quais realizam lances válidos nesses jogos.

As regras têm, portanto, dois aspectos relevantes do ponto de vista deste tipo de análise pragmática. São convencionais no sentido de que representam uma regularidade e se originam de hábitos e costumes. E possuem também um papel legitimador, ou seja, validam determinadas práticas, enquanto práticas que “estão de acordo com as regras”. Este é o sentido de regra de reconhecimento, ou regra secundária, empregado por H. L. A. Hart (1998)⁷.

Austin e os atos de fala⁸

Pretendo mostrar que a Teoria dos Atos de fala é, dentre as principais correntes contemporâneas da filosofia da linguagem, a que melhor representa a concepção pragmática de linguagem. Mas será mesmo?⁹

Pode-se dizer que a Teoria dos Atos de Fala foi apenas esboçada em *How to Do Things with Words* e em alguns outros artigos (tais como “Performative Utterances” e “Performatif/Constatif”) em que Austin formulou sua proposta original. O filósofo faleceu em 1960, e seu livro contendo essencialmente as notas para as conferências William James feitas em Harvard em 1955, baseadas, por sua vez, em notas de conferências feitas anteriormente em Oxford, foi publicado postumamente em 1962, sem ter jamais passado por uma revisão definitiva pelo autor.

Contudo, fica claro desde o início que seu objetivo primordial nesta obra não consistia na apresentação de uma concepção teórica sobre a natureza e a função da linguagem. Não pretendia descrever a natureza da linguagem, mas, ao contrário, propor um método de análise de problemas filosóficos através do exame do uso da linguagem entendido como forma de ação, isto é, como modo de se realizar atos por meio de palavras. Na última conferência (12^a), Austin afirma que “o ato de fala total na situação de fala total é o único fenômeno real que, em última análise, pretendemos elucidar” (1962, p. 147). Isso deixa claro que, para Austin, a tarefa da filosofia da linguagem consistia na elucidação das diferentes formas de uso da linguagem, sendo que esta é uma das características da teoria, como veremos, que se perde, em grande parte, em seus desenvolvimentos posteriores. Nas observações finais desta conferência, Austin enfatiza a necessidade de aplicar a teoria a problemas filosóficos.

Apesar de inicialmente formulada por Austin como um método de análise de problemas filosóficos através da linguagem, a Teoria dos Atos de Fala desenvolveu-se em duas direções que se afastaram em grande parte do objetivo primordial de seu criador: por um lado, dando origem a uma análise formal da linguagem¹⁰ e, por

⁷ Esta concepção de regras de Hart é levada adiante por Schauer (1998).

⁸ Esta apresentação da teoria dos atos de fala retoma e desenvolve discussões que se encontram em Marcondes (2000; 2003; 2005a; 2005b).

⁹ Obras recentes, como Soames (2003) e Brandon (1994), dão muito pouco destaque a esta teoria.

¹⁰ Por exemplo, a *lógica ilocucionária* de Searle e Vanderveken (1985).

outro, tendo grande influência na lingüística, sobretudo aplicada, sendo também amplamente adotada pelas ciências humanas e sociais. Conceitos como *performativo* e *força ilocucionária* tornaram-se correntes em áreas como lingüística, psicologia, ciências sociais e teoria da comunicação.

Mesmo assim, a Teoria dos Atos de Fala pode ser considerada como uma das principais correntes da filosofia da linguagem contemporânea no que diz respeito à análise pragmática da linguagem, como pretendo mostrar. A concepção básica de Austin consiste em manter que os constituintes elementares do uso e da compreensão da linguagem natural são atos de fala tendo condições de sucesso e de felicidade para sua realização e não proposições possuindo condições de verdade, tal como é mantido pelas teorias do significado da vertente lógica da filosofia da linguagem do início do século XX, representada, por exemplo, por Frege, Russell e pelo Wittgenstein do *Tractatus*.

Austin (1962, 1ª. Conferência) parte da hoje famosa distinção entre *constatativos* e *performativos*, isto é, entre o uso de sentenças para descrever fatos e eventos e sentenças que são usadas para realizar (*to perform*) algo, e não para descrever ou relatar. Um exemplo de constatativo típico é “Maria está brincando na praça” e, de performativo, “Prometo que lhe pagarei amanhã”. Enquanto constatativos podem ser verdadeiros ou falsos em relação aos fatos que descrevem, um performativo não é realmente nem verdadeiro nem falso, uma vez que não descreve um fato, mas deve ser considerado como bem ou mal sucedido, dependendo das circunstâncias e conseqüências da realização do ato. Austin logo percebeu que esta dicotomia era inadequada, uma vez que o constatativo tem também uma dimensão performativa, isto é, descrever é também um ato que realizamos e pode ser bem ou mal sucedido; assim como os performativos têm uma dimensão constatativa, já que mantêm uma relação com um fato; tomando-se o exemplo acima, o fato de eu lhe ter ou não pago no dia seguinte. Propõe, portanto, que sua concepção do uso da linguagem como uma forma de agir seja estendida para toda a linguagem, considerando o *ato de fala* como a unidade básica de significação e tomando-o, por sua vez, como constituído por três dimensões integradas ou articuladas: respectivamente os atos *locucionário*, *ilocucionário* e *perlocucionário*. O ato locucionário consiste na dimensão lingüística propriamente dita, isto é, nas palavras e sentenças empregadas de acordo com as regras gramaticais aplicáveis, bem como dotadas de sentido e referência. O ato ilocucionário, que pode ser considerado o núcleo do ato de fala, tem como aspecto fundamental a força ilocucionária. A força consiste no performativo propriamente dito, constituindo o tipo de ato realizado. Quando digo “Prometo que lhe pagarei amanhã”, meu proferimento (no original, *utterance*) do verbo “prometer” constitui o próprio ato de prometer; não se trata de uma descrição de minhas intenções ou de meu estado mental. Ao proferir a sentença eu realizo a promessa. A força do meu ato é a da promessa. Portanto, “prometer” é um verbo performativo, e os verbos performativos geralmente descrevem as forças ilocucionárias dos atos realizados. É claro que eu posso fazer uma promessa sem usar explicitamente o verbo “prometer”, dizendo, por exemplo, “Eu lhe pagarei amanhã”, e isso contaria como uma promessa dadas as circunstâncias adequadas. Por outro lado, poderia contar também como uma ameaça em circunstâncias diferentes. Isso revela que atos ilocucionários podem ser realizados com verbos performativos implícitos e, ainda assim, ter a força que pretendem ter. Por isso, pode-se dizer que a realização de um ato de fala com uma determinada força vai além de seus elementos lingüísticos propriamente ditos. E na linguagem ordinária este é um fenômeno bastante comum. Um dos objetivos principais da análise dos atos de fala consiste precisamente em tornar explícita a força do ato realizado.

O ato perlocucionário, que tem recebido menos atenção dos especialistas, foi definido por Austin (1962, p. 101) como caracterizando-se pelas “conseqüências

do ato em relação aos sentimentos, pensamentos e ações da dos ouvintes, ou do falante, ou de outras pessoas, e pode ter sido realizado com o objetivo, intenção ou propósito de gerar essas consequências”.

Austin caracteriza, em seguida, as condições pressupostas para a realização desses atos, que consistem em uma combinação de intenções do falante e convenções sociais com diferentes graus de formalidade. A satisfação dessas condições é o critério do sucesso ou fracasso da tentativa de realização do ato. As intenções são consideradas como psicológicas e, portanto, subjetivas; embora, em última análise, se originem de práticas sociais. Wittgenstein dizia que não se poderia ter a intenção de jogar xadrez se o xadrez não existisse (*Investigações filosóficas*, §§ 205, 337).

As convenções são de natureza social e podem ser mais formais, por exemplo, no caso de um tribunal, ou informais, no caso de um grupo de amigos discutindo o resultado da final do campeonato de futebol. Mas, em ambos os casos, as convenções estão presentes, e os falantes estão seguindo regras, normas, procedimentos habituais, com variados graus de formalidade, porém constitutivos de suas formas de conduta, enquanto elementos básicos do contexto de realização dos atos. Com frequência, especialmente em circunstâncias informais, essas regras são implícitas, mas estão sendo aplicadas, e isso se torna evidente quando são violadas. A doutrina das infelicidades proposta por Austin (1962, 2ª Conferência) é precisamente uma maneira de lidar com esse aspecto dos atos de fala. Uma vez que o mapeamento ou a explicitação completa das regras pode ser uma tarefa inexecutável, a análise dos motivos pelos quais alguns atos falham, ou são infelizes, é reveladora das regras que foram rompidas nesses casos e pode, portanto, ser uma boa forma de torná-las evidentes.

Na última conferência de *How to Do Things with Words* (Austin, 1962), temos a seguinte classificação das forças ilocucionárias dos proferimentos em cinco tipos gerais: 1) *veredictivos*; 2) *exercitivos*; 3) *compromissivos* ou *comissivos*, 4) *comportamentais*, 5) *expositivos*. Esta classificação é proposta como provisória, e Austin procura tornar a definição de cada classe mais clara por meio de exemplos. Seu objetivo com isso parece ser a identificação do tipo de ato realizado, uma vez que, como vimos acima, nem sempre um performativo explícito é empregado, e a análise dependeria, assim, da identificação do ato para a reconstrução das regras que tornam possível a sua realização. Isso revela que já na formulação inicial de Austin a preocupação com um método de explicitação de elementos implícitos é um dos objetivos centrais da teoria e uma das principais características de sua visão pragmática.

Desdobramentos da Teoria dos Atos de Fala

Austin deixou a teoria apenas esboçada, ou formulada como um programa, segundo suas próprias palavras; contudo, a necessidade de desenvolvê-la foi logo sentida, sobretudo quando se percebeu sua importância como possibilidade de tratar de forma sistemática os aspectos pragmáticos da linguagem, conforme foi dito acima. Vamos examinar aqui, ainda que brevemente, alguns aspectos do conflito entre uma certa tendência atual em desenvolver a teoria na direção de seus fundamentos semânticos e o que deveria ser uma perspectiva genuinamente pragmática.

Temos, em primeiro lugar, a crítica de que falta à teoria uma visão dialógica, uma vez que a noção de ato de fala é excessivamente centrada no falante individual, o que pode levar à não-consideração do contexto de uso, do jogo de linguagem, para usarmos a terminologia de Wittgenstein. Contudo, já em suas versões iniciais as definições do ato de fala indicam a necessidade de consideração dos aspectos interacionais de sua realização, como, por exemplo, a natureza contratual desses atos, enfatizada (Austin, 1962, p. 10) quando se mostra que proferir um ato

de fala nas circunstâncias adequadas equivale a assumir um compromisso com o ouvinte: “Minha palavra é meu compromisso”. É, assim, perfeitamente possível desenvolver a Teoria dos Atos de Fala precisamente desta forma, e isso tem sido feito recentemente por autores como Vanderveken (1999) e Jacques (1979; 1985). Mesmo anteriormente, a adoção da teoria de Grice (1989) sobre o significado do falante para complementar a Teoria dos Atos de Fala indica claramente este tipo de preocupação, uma vez que a teoria de Grice leva em conta centralmente o ouvinte e o diálogo realizado, na medida em que propõe recursos para a interpretação pelo ouvinte dos objetivos do falante ao fazer seu proferimento.

Uma questão fundamental para o desenvolvimento da teoria emergiu do reconhecimento da importância da classificação dos atos ilocucionários proposta por Austin na última conferência de *How to Do Things with Words*. O primeiro a tentar reelaborar esta classificação foi Searle em *Speech Acts* (1969), desenvolvendo sua própria classificação alternativa em “A Taxonomy of Illocutionary Acts” (1979). Searle propõe cinco tipos: *assertivo*, *compromissivo*, *diretivo*, *declarativo* e *expressivo*, em substituição aos cinco propostos inicialmente por Austin, argumentando que falta na proposta deste filósofo um princípio, ou conjunto de princípios, com base nos quais a classificação é construída (1979, p. 10). Além disso, Searle define também sete componentes da força ilocucionária em termos dos quais os tipos propostos são definidos¹¹.

A formulação desses componentes resulta do desenvolvimento de uma idéia inicial de Searle (1969) de que o ato de fala é o resultado da combinação de uma proposição *p* dotada de um conteúdo semântico determinado que estabelece sua relação com os fatos no mundo, podendo ser, portanto, verdadeira ou falsa, e da força ilocucionária *f* que se acrescenta à proposição, levando à realização do ato de fala. Esta relação é representada formalmente pela fórmula *f(p)*. Temos, assim, o exemplo da asserção: “A porta está aberta”, que possui o mesmo conteúdo proposicional que o imperativo, “Abra a porta!”, a interrogação, “A porta está aberta?”, o condicional “Se a porta estivesse aberta ...”, sendo que esses proferimentos possuem diferentes forças ilocucionárias acrescentadas ao mesmo conteúdo.

Searle desenvolve, assim, a análise dos atos de fala em uma nova direção, apresentando uma versão mais elaborada da classificação das forças ilocucionárias e de seus componentes. Em 1985, chegou mesmo a publicar com Daniel Vanderveken uma proposta de uma *lógica ilocucionária* como um sistema formal, levando essas idéias adiante¹².

A questão crucial, contudo, parece ser: Qual o papel da classificação ou taxonomia das forças ilocucionárias para o desenvolvimento da Teoria dos Atos de Fala e para a metodologia da análise pragmática da linguagem?

Quando Austin fez sua proposta provisória de classificação de forças ilocucionárias (1962, p. 149) parece claro que esta tipologia deveria servir para a identificação da força ilocucionária do proferimento nos casos em que o performativo não é explícito, bem como nos casos em que o verbo performativo e a força ilocucionária não coincidem exatamente, isto é, quando o performativo não descreve adequadamente a força ilocucionária do ato. Por exemplo, “Declaro aberta a sessão” é o proferimento de um performativo explícito, “declarar” no sentido institucional, em que o ato realizado tem a força ilocucionária da declaração e a sessão encontra-se aberta a partir deste proferimento. Contudo, quando o presidente da

¹¹ São os seguintes: 1) objetivo ilocucionário (*illocutionary point*), 2) grau de força do objetivo ilocucionário, 3) modo de realização, 4) condição do conteúdo proposicional, 5) condição preparatória, 6) condição de sinceridade, 7) grau de força da condição de sinceridade. Esses elementos funcionam como princípios ou critérios para a classificação de um ato como de um determinado tipo, exatamente o que Searle alega faltar em Austin. Posteriormente, Searle procura simplificar esses critérios, p. ex. em Searle e Vanderveken (1985).

¹² Essa proposta foi desenvolvida posteriormente por Vanderveken (1990).

sessão profere “Está aberta a sessão”, mesmo sem utilizar o verbo “declarar”, o performativo foi realizado. E isso é diferente do proferimento de alguém dentre os ouvintes que comenta com o vizinho: “Está aberta a sessão”, chamando a atenção dele para o ocorrido. No primeiro caso, do presidente da sessão, trata-se de um exercitativo, no outro caso, temos um expositivo. A análise dessas diferenças depende não só de uma consideração da sentença proferida e do significado dos termos e expressões utilizados, mas também da identificação de elementos contextuais, como o papel do falante no contexto, a existência de normas e procedimentos e de instituições que estabelecem essas normas e procedimentos, de elementos contextuais portanto, assim como das intenções ou objetivos dos falantes e ouvintes. Intenções e elementos subjetivos só podem ser identificados, por sua vez, com base no que é proferido explicitamente e no que é indicado por meio do contexto. Intenções são, assim, sempre na verdade apenas atribuídas a um falante. Contudo, esses elementos contextuais muitas vezes permanecem implícitos ou são apenas pressupostos.

Como vimos acima, um dos principais objetivos desta linha de análise dos atos de fala consiste em determinar as condições ou, melhor dizendo, as pressuposições da realização do ato de fala. A análise dessas pressuposições desenvolve-se em direção a uma tentativa de se estabelecer as condições formais (esta expressão é de Vanderveken, 1990), que devem ser satisfeitas para a realização bem-sucedida do ato de fala. O próprio Searle, no artigo citado acima, refere-se aos elementos sintáticos destes atos. São aspectos como estes que parecem apontar para a direção oposta à de uma análise *pragmática* do uso da linguagem. É característico desta tendência, por exemplo, que Vanderveken (1990) se refira aos *fundamentos semânticos* dos atos de fala. É preciso, contudo, considerar a necessidade de um desenvolvimento *pragmático* da teoria, complementando essas análises tanto no aspecto formal quanto semântico, levando em conta, adicionalmente, os elementos que explicam os efeitos e conseqüências dos atos de fala, assim como os critérios de sucesso desses atos, o que, então, caracterizaria essa análise como genuinamente pragmática. Se uma análise de pressuposições aponta para aspectos formais e semânticos, uma análise de efeitos, conseqüências e resultados aponta para aspectos pragmáticos. Portanto, depende muito mais da consideração de elementos contextuais, de aspectos perlocucionários, da comparação entre objetivo declarado e realização efetiva, do que da consideração de aspectos estritamente lingüísticos, o que parece ser o caso em análises formais e semânticas. Proponho, assim, que este caminho evite uma possível “semantização” da análise dos atos de fala.

É necessário, portanto, ter como objeto de análise a linguagem tal como é efetivamente utilizada. Tem sido freqüentemente apontado por críticos que a Teoria dos Atos de Fala, em conflito com sua própria concepção da linguagem em uso e da análise da linguagem como forma de ação, tem se concentrado em casos que estão muito distantes do uso concreto e dos fenômenos lingüísticos reais. O uso efetivo da linguagem na vida cotidiana é muito menos estruturado, muito mais fragmentado do que se observa nos casos e exemplos considerados pela teoria. Este uso é muito mais indireto, oblíquo e incompleto do que a teoria parece ter reconhecido. Isso equivale a dizer que, em larga escala, a Teoria dos Atos de Fala estaria formulando uma *concepção idealizada* de linguagem. No uso concreto, elementos implícitos têm um papel muito maior do que se admite. Além disso, esta teoria, ao propor um método de análise da linguagem, parece restringir-se a características manifestas dos atos de fala, parece ater-se à descrição dessas características. Seria, então, necessário ter à disposição ferramentas para uma análise mais profunda que leve em conta elementos implícitos, incluindo o caráter indireto de certos atos e de certos modos de influenciar a ação do interlocutor, tais como a manipulação, o preconceito, assim como outras características oblíquas e não declaradas que, apesar disso, são determinantes da força ilocucionária desses atos,

assim como de seus efeitos e conseqüências. Trata-se do que chamei de *action-guiding language* (Marcondes, 1981), ou “linguagem diretiva”.

Mas como é possível, nesses casos, que aquilo que não se encontra explicitamente formulado, ou que não é diretamente proferido, possa ser constitutivo da força dos atos de fala realizados? Como pode nossa análise dos atos de fala dar conta desses elementos implícitos que, não obstante, reconhecemos não só como presentes, mas também como determinantes da ação realizada e de seus efeitos e conseqüências?

Essa questão aponta para a necessidade de formulação de um método de análise que possa tornar explícitos esses elementos implícitos da ação lingüística. Teríamos, com isso, a proposta de uma concepção pragmática de um método crítico ou reconstrutivo.

O conceito de *ato de fala indireto* (Searle, 1979) pode nos oferecer elementos para isso, ao mostrar que os atos de fala são, em sua maior parte, indiretos ou implícitos, e isso ocorre simplesmente porque não é necessário que sejam explícitos. O exemplo dado é o de um colega que diz para o outro: “Há um bom filme no cinema da esquina”, ao que o outro responde: “Tenho prova de matemática amanhã”. É óbvio que no caso do primeiro proferimento (explicitamente um declarativo, segundo a classificação de Searle), temos implicitamente um convite, que é como o colega efetivamente interpreta este ato, respondendo, por sua vez, também por meio de um constativo, ou declarativo explícito, de modo a recusar o convite. Contudo, os performativos explícitos, “Eu o convido...” e “Eu recuso o seu convite...”, em nenhum momento foram proferidos, e na verdade isso sequer precisaria ocorrer. Como, então, podem ser entendidos como possuindo a força ilocucionária respectivamente do convite e da recusa? Funcionam basicamente através de elementos contextuais e de pressupostos compartilhados por falante e ouvinte enquanto participantes do mesmo jogo de linguagem e, desse modo, familiarizados com as crenças, hábitos e práticas um do outro. Uma análise de casos deste tipo deve, portanto, levar necessariamente em conta o caráter dialógico da troca lingüística realizada assim como os elementos contextuais compartilhados, o que vai além daquilo que é proferido explicitamente, isto é, além dos elementos estritamente lingüísticos. Um dos principais desafios da Teoria dos Atos de Fala ao analisar o *ato de fala total*, numa perspectiva pragmática como propõe Austin consiste precisamente em como delimitar as fronteiras deste ato de fala total, demarcar o que deve ser incluído no contexto e explicitar quais os pressupostos compartilhados. O ato *total* pode se projetar no futuro, se considerarmos seus efeitos e conseqüências, assim como pode depender de fatores do passado remoto, se levarmos em conta seus pressupostos. A solução para se evitar esse caráter indeterminado do ato de fala total consiste em reconhecer que toda análise é provisória e que, no fundo, a delimitação do(s) ato(s) depende muito das questões que servem de ponto de partida para a análise e do escopo desta análise do que da possibilidade de delimitação precisa do ato. Nenhuma análise pode jamais pretender esgotar o ato em toda a sua complexidade, e o alcance da análise depende do enfoque adotado.

Há, contudo, uma dificuldade adicional a ser considerada. O exemplo dado por Searle consiste em um caso em que os atos foram realizados de forma indireta, mas que podem, se necessário, ser explicitados, ou seja, podem se realizar de forma direta. Caso não haja entendimento, um colega pode sempre pedir ao outro que seja mais explícito, e o outro provavelmente não terá maiores dificuldades em fazê-lo. Porém, há muitos atos de fala indiretos que são realizados de modo indireto porque, por diversas razões, *devem* permanecer indiretos, porque não podem ter sua força ilocucionária explicitada, caso contrário fracassariam ou seriam malsucedidos. A ironia e a insinuação são exemplos disso, assim como a barganha¹³. Como tornar explícitos estes atos que resistem à explicitação é um dos principais

desafios que o método deve enfrentar. Podemos dar algumas indicações de como isso pode ser feito, recorrendo mais uma vez à teoria das *implicaturas conversacionais* de Grice (1989), que fornece elementos sobre como analisar os pressupostos compartilhados por falante e ouvinte. Mais do que uma forma de tratamento da questão sobre a relação entre intenções e convenções, como inicialmente se considerou, a teoria de Grice permite que se desenvolva um método de análise que reconstrua os elementos implícitos na realização dos atos de fala, sobretudo dos atos indiretos. As máximas conversacionais de Grice (1989) permitem uma análise das expectativas do falante e do ouvinte em sua interação, mostrando como o entendimento mútuo pode resultar deste tipo de troca linguística.

Retomando o programa formulado originalmente por Austin, proponho, assim, que a Teoria dos Atos de Fala, levando em conta as questões examinadas acima, seja tomada como paradigma de uma análise genuinamente pragmática da linguagem que deveria ter as seguintes características gerais:

1) A noção de ação deve prevalecer sobre a de contexto, o que Wittgenstein já mostrara com seus jogos de linguagem, sendo que a principal razão disto é que o ato de fala pode modificar os contextos, como ocorre, por exemplo, com diretivos e exercitativos, tais como proibições e permissões.

2) A metodologia de análise deve levar em conta o caráter fragmentário, indireto, implícito e variável da linguagem, desenvolvendo, contudo, uma visão mais sistemática do que a wittgensteiniana, que permita explicitar os elementos implícitos quando a análise o requer e identificar as forças ilocucionárias dos atos indiretos e dos performativos implícitos. Para isso, a classificação de forças ilocucionárias e seus critérios devem ser considerados em um sentido pragmático na medida em que possam ser entendidos não como descrevendo a natureza ou a essência da linguagem, mas apenas como um instrumento para analisar seu funcionamento.

Referências

- AUSTIN, J.L. 1962. *How to Do Things with Words*. Oxford, Oxford University Press, 166 p.
- AUSTIN, J.L. 1970. *Philosophical Papers*. Oxford, Oxford University Press, 302 p.
- BAR-HILLEL, Y. 1982. Expressões indiciais. In: M. DASCAL (org.), *Fundamentos metodológicos da lingüística*. Vol. IV, *Pragmática*, Campinas, Ed. do Autor, p. 23-49.
- BLOUNT, B. (org.). 1974. *Language, Culture and Society*. Cambridge, Winthrop, 372 p.
- BRANDON, R. 1994. *Making it Explicit*. Cambridge, Harvard University Press, 741 p.
- CARNAP, R. 1937. *The Logical Syntax of Language*. London, Routledge & Kegan Paul, 352 p.
- CHOMSKY, N. 1957. *Syntactic Structures*. The Hague, Mouton, 117 p.
- GRICE, H.P. 1989. *Studies in the Way of Words*. Boston, Harvard University Press, 394 p.
- HART, H.L.A. 1998. *The Concept of Law*. Oxford, Clarendon Press, 263 p.
- JACQUES, F. 1979. *Dialogiques*. Paris, PUF, 223 p.
- JACQUES, F. 1985. *L'espace logique de l'interlocution*. Paris, PUF, 639 p.
- LEVINSON, S. 1983. *Pragmatics*. Cambridge, Cambridge University Press, 420 p.
- MARCONDES, D. 1981. Action-guiding Language. *Journal of Pragmatics*, 1:49-62.
- MARCONDES, D. 2000. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo, Cortez, 168 p.
- MARCONDES, D. 2003. Desenvolvimentos recentes na teoria dos atos de fala. *O que nos faz pensar: Revista do Departamento de Filosofia da PUC-Rio*, 17:25-39.
- MARCONDES, D. 2005a. *A Pragmática na filosofia contemporânea*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 62 p.
- MARCONDES, D. 2005b. Em defesa de uma concepção pragmática de linguagem. *Revista Gragoatá*, 18:11-30
- SCHAUER, F. 1998. *Playing by the Rules: A Philosophical Examination of Decision-making in Law and in Life*. Oxford, Oxford University Press, 254 p.

¹³ Em relação ao uso ideológico da linguagem, que também pode ser considerado um uso indireto, mas que envolve dificuldades adicionais, ver Marcondes (2000, cap. 7, "Linguagem e ideologia").

- SEARLE, J.R. 1969. *Speech Acts*. Cambridge, Cambridge University Press, 203 p.
- SEARLE, J.R. 1979. *Expression and Meaning*. Cambridge, Cambridge University Press, 187 p.
- SEARLE, J.R. e VANDERVEKEN, D. 1985. *Foundations of Illocutionary Logic*. Cambridge, Cambridge University Press, 227 p.
- SOAMES, S. 2003. *Philosophical Analysis in the Twentieth Century*. Vol. 1/vol. 2, Princeton, Princeton University Press, 411/479 p.
- SZABO, Z.G. 2004. *Semantics versus Pragmatics*. Oxford, Oxford University Press, 465 p.
- VANDERVEKEN, D. 1990. *Meaning and Speech Acts*. Cambridge, Cambridge University Press, 244 p.
- WITTGENSTEIN, L. 1999. *Investigações filosóficas*. São Paulo, Abril/Nova Cultural, 207 p. (Os pensadores).